

T6: Ideologia e a era moderna
Marcelo Marani Lopes, com contribuições dos grupos de do professor

Para começar, apresentarei o autor do texto considerado para o resumo. John B. Thompson é sociólogo professor da Universidade de Cambridge. Seus estudos focam, principalmente, o papel das mídias nas sociedades contemporâneas. Thompson tem três livros publicados no Brasil: *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*, *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia* e *O escândalo político: poder e visibilidade na era da mídia*, todos pela editora Vozes.

O capítulo do primeiro livro mencionado acima, intitulado "Ideologia e a era moderna", começa reconstruindo o conjunto de pressupostos referentes às transformações culturais associadas com o surgimento das sociedades industriais modernas. Em sua reconstrução, o autor não toma exclusivamente nenhum pensador específico, pois essa narrativa não constitui um argumento teórico claramente formulado que pode ser discernido nos escritos de um ou de vários autores e sim uma narrativa que apresenta uma variedade de ideias com o intuito de oferecer uma visão das principais transformações culturais associadas com o desenvolvimento das sociedades modernas. O foco do texto é, basicamente, examinar as explicações das transformações culturais associadas ao desenvolvimento das sociedades modernas e, em particular, da natureza e do papel da ideologia nessas sociedades, além de revisitar concepções influentes nas teorias sociais e políticas.

Os elementos chave dessa narrativa são: o surgimento do capitalismo industrial foi acompanhado pelo declínio das crenças e práticas religiosas que eram comuns na sociedade pré-industrial; a substituição da consciência religiosa pela prática enraizada nas coletividades sociais e animada pelos sistemas seculares de crenças e; por fim, esses desenvolvimentos deram lugar aquilo que foi interpretado como a "era das ideologias" que resultaram em movimentos revolucionários radicais no final do século XIX e em boa parte do século XX. Porém para alguns teóricos dos anos de 1950 a 1960, essas manifestações são as últimas da "era das ideologias", o que significaria o fim das ideologias.

Agora, convém especificar cada um desses pontos. A ideia de que o surgimento do capitalismo industrial foi acompanhado pelo declínio das crenças religiosas é compartilhada por diversos pensadores, entre eles Marx e Weber. Para Marx, há uma diferença radical entre a sociedade pré-capitalista e a capitalista. Enquanto a sociedade pré-capitalista era conservadora em seu modo de produção, a capitalista moderna está sempre em expansão, modificando-se e transformando-se. A sociedade capitalista assim desintegra as tradições e as formas culturais, que eram características das sociedades pré-capitalistas. Nestas circunstâncias, Marx propõe a ideia de desmistificação das relações sociais, com a qual a verdadeira face das relações sociais apareceria, tornando-se evidente as relações de exploração. Esse processo de desmistificação, que seria inerente ao capitalismo, é uma pré-condição essencial para a eliminação final das relações exploradoras entre classes sociais. Contudo para Marx, por exemplo, as formas passadas podem continuar no interior das pessoas e desviar a trajetória da mudança social revolucionária.

Já Weber considerou uma relação entre o surgimento do capitalismo industrial e a dissolução dos valores e crenças tradicionais de uma maneira um tanto diferente. Para o autor, o surgimento do capitalismo teve como pré-condição mudanças das crenças e práticas tradicionais, notadamente aquela provocada pelas reformas religiosas, associado ao ideal dos calvinistas acéticos favorável a este sistema.

Para Max Weber, uma vez que o capitalismo industrial se estabeleceu como forma predominante da atividade econômica dispensou as ideias religiosas. Neste quadro, ocorre o crescimento do Estado burocrático, tudo favorecendo a racionalização progressiva da ação humana, cada vez mais ajustada a um foco em critérios de eficiência técnica.

Durante o final do século XVIII e início do século XIX, o processo de secularização começou a se firmar nos centros industriais europeus. Velhos laços como aqueles de servidão entre Senhores e Escravos começaram a ser questionados à medida que os indivíduos estavam sendo conduzidos a integrar um novo conjunto de relações sociais baseadas na propriedade privada dos meios de produção e na troca de mercadorias e força de trabalho. Além disso, estava sendo formado o Estado secularizado, ou seja, aquele baseado na noção de soberania e de império de leis e justificado por um apelo a valores e regras, diferente do Antigo Regime, que era legitimado em vontades divinas. Com tal evolução, o novo Estado funda sua legitimidade no mundo sócio histórico. Nesta grande narrativa, a secularização da vida social e do poder político teria criado as condições para o crescimento e difusão das ideologias. Deste ponto de vista, "ideologia" é entendida como sistemas seculares de crenças que tem uma função mobilizadora e legitimadora. Os séculos XVIII e XIX foram assim identificados como a "era das ideologias", pelo seu aspecto revolucionário notadamente na França e na América. Mais tarde, há a proliferação dos "ismos" com o comunismo e socialismo. Neste período, a difusão de ideias foi facilitada e sua eficiência reforçada por meio de jornais e aumento da taxa de alfabetização. Com isso, o horizonte dos indivíduos se expandiu, implicando em maior participação na esfera pública. As ideologias teriam proporcionado às pessoas um maior e melhor envolvimento com o mundo a sua volta.

Nesta interpretação em torno da grande narrativa, as transformações culturais associadas ao surgimento das sociedades modernas industriais criaram um novo espaço, dentro do qual as ideologias puderam florescer. Neste âmbito, a tese do "fim das ideologias" foi apresentada por pensadores liberais e conservadores, entre eles Raymond Aron (2010), Daniel Bell (1960), Seymour Lipset (1959) e Edward Shils (1958). Na sua formulação original, a tese do fim da ideologia era uma argumentação sobre o suposto declínio das doutrinas políticas radicais ou revolucionárias nas sociedades industriais desenvolvidas. Para estes autores, as ideias marxistas e comunistas perderam credibilidade uma vez que mudanças radicais deram origem a novas formas de violência e repressão. Por esta razão, os teóricos do "fim das ideologias" chegaram à interpretação segundo a qual a velha "política ideológica" estaria abrindo caminho para um novo senso de pragmatismos nas sociedades industriais desenvolvidas. As revoluções estavam dando lugar a um Estado de bem-estar distributivo. Com esta ótica, chegaram à conclusão que o caráter revolucionário cessou no seu geral, com alguns picos isolados nas sociedades pouco desenvolvidas. O marxismo para esses teóricos constituiria a definição perfeita de ideologia, uma vez que definia uma ideia utópica, radicalmente diferente do presente que só seria atingida com a dedicação total de todos os indivíduos. Portanto, apresenta-se aqui as características de ideologia para estes pensadores: totalizante, utópica, apaixonada, dogmática. Por meio dessa definição, o fim das ideologias não seria o fim do debate e do conflito político, mas sim o fim dos ideais utópicos e totalizantes que cegariam os indivíduos em ações revolucionárias. As ideologias, deste modo, não seriam uma característica endêmica da era moderna, mas sim um sintoma passageiro da modernização. Uma vez que a sociedade alcançasse um estágio de maturidade econômica e política, as ideologias deixariam de existir.

A propósito, outros pensadores levam a pensar que, com uma tal definição, não se trata de ideologia, mas de utopia. Segundo Mannheim (1976), ideologia seria o conjunto de ideias que objetivam manter a ordem existente, enquanto as utopias se definem como as ideias que fundamentam as ações pela transformação. Para este autor, a utopia reflete interesses de certos grupos oprimidos na destruição e na transformação de uma dada condição da sociedade.

Por fim, John B. Thompson considera uma das principais limitações da narrativa: ao caracterizar as transformações culturais relacionadas ao surgimento da sociedade industrial moderna, essa narrativa deveria acentuar a importância do que o autor chama de mediação da cultura moderna. Trata-se do crescimento das instituições e processos de comunicação de massas que assumiram uma importância profunda na sociedade moderna, o que não deve ser ignorado por nenhuma teoria de

cultura moderna. Thompson cita alguns autores que trataram do assunto – como Alvin Gouldner (1976) que considera a difusão de ideologias apenas através da escrita (principalmente nos meios acadêmicos), o que lhe leva a conceber que o crescimento da televisão e do rádio marcam o declínio da ideologia nas sociedades modernas – mas que não deram a importância necessária para o tema.

Thompson menciona que o conceito de ideologia é empregado com diversos significados. Geralmente, é utilizado para referir-se a sistemas de crenças isolados ou sistemas simbólicos que emergiram às vésperas da secularização e que serviram para mobilizar movimentos políticos e/ou legitimar o poder político nas sociedades modernas. Segundo Thompson, a ideologia parece existir a partir da sociedade moderna, mas é perfeitamente possível elaborar uma concepção defensável de ideologia que não esteja restrita a um corpo particular de doutrinas que emergiram na era moderna. Para finalizar, o autor sugere que seria muito instigante a reorientação do estudo da ideologia para as múltiplas e diferentes maneiras como as formas simbólicas foram usadas, e continuam a ser, a serviço do poder, dentro das sociedades ocidentais modernas ou em contextos sociais situados em diferentes pontos no tempo ou espaço. Portanto, Thompson constrói sua própria concepção de ideologia, alimentada pelo debate em torno desta conceituação, a partir de seu interesse pelo modo como as formas simbólicas se entrecruzam com as relações de poder, como seu sentido é mobilizado para reforçar posições de poder e de dominação, considerando particularmente o papel da mídia. O autor considera um amplo leque de situações de dominação nas quais a ideologia pode criar ou manter relações de poder. Entre elas, podemos mencionar a relação entre homens e mulheres. A naturalização de papéis dominantes e dominados em razão de diferenças biológicas entre os sexos pode ser identificada como uma mensagem ideológica.

ARON, Raymond (2010), *L'opium des intellectuels*, Paris: Hachette.

BELL, Daniel (1960), *The end of ideology*. Glencoe: Free Press.

GOULDNER, Alvin (1976), *The dialectic of ideology and technology*, Londres:

Macmillan.

LEFORT, Claude (1986), *The political forms of modern society*, Cambridge: Polity

Press.

LIPSET, Seymour (1959), *Political man: the social bases of politics*, Londres:

Heinemann.

MANNHEIM, Karl (1976), *Ideologia e utopia*, Rio de Janeiro: Zahar.

SHILS, Edward (1958), "Ideology and civility", *The sewanee review*, 66, pp. 450-

480.

WEBER, Max (1964), *L'éthique protestante et l'esprit du capitalisme*, Paris: Plon